

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 041/2019-PGJ, DE 9.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as Procuradorias de Justiça constantes do quadro a seguir, em razão de férias dos titulares:

PERÍODO	PROCURADORIA DE JUSTIÇA	TITULAR
8 a 27.1.2019	6ª Procuradoria de Justiça Cível	Silvio Cesar Maluf
7 a 16.1.2019	7ª Procuradoria de Justiça Cível – área residual	Belmires Soles Ribeiro

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 037/2019-PGJ, DE 9.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4415/2018-PGJ, de 19.12.2018, publicada no DOMP nº 1883, de 8.1.2019, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, na parte onde consta: “a partir de 7.1.2019”, para que passe a constar “a partir de 21.1.2019”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 038/2019-PGJ, DE 9.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4349/2018-PGJ, de 17.12.2018, publicada no DOMP nº 1882, de 7.1.2019, na parte onde consta “Designar o 3º Promotor de Justiça de Paranaíba, Leonardo Dumont Palmerston”, para que passe a constar “Designar a 1ª Promotora de Justiça de Paranaíba, Juliana Nonato”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 45/2019-PGJ, DE 9.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4612/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 014/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Karine Oliveira Souza do Amaral, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 185 (cento e oitenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 24.12.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso III do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 015/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Daniel Francisco Mercado Dantas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 23.12.2018 a 5.1.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 016/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Juscélia Melo Lemos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15.12.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e do artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 017/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 12.12.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 018/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Camila Mara Machado, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 9.12.2018, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 019/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Glaucia Pace de Castro, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 20.12.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 020/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão Cível e Especializada da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias, e nos dias 17 e 18.1.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do servidor Epsom Xavier Pereira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 021/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias do servidor Renan da Silva Ovando.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 022/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias da servidora Alessandra Katiucha da Silva Cavassa.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 023/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Carneiro de Jesus, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador-Geral, símbolo MPAS-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Procuradoria-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenadoria de Cerimonial, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias, e nos dias 17 e 18.1.2019, em razão de compensação referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da servidora Rosimara Bandeira Vasques de Almeida.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 024/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Weskley Moreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias, e nos dias 17 e 18.1.2019, razão de licença compensatória referente ao feriado forense do servidor Epsom Xavier Pereira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 025/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luciano Paulo Portella, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Maracaju e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 11 e 14.12.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Liliane Rosa da Silva.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 026/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marco Aurelio de Sá Baptista, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças, nos dias 7 e 8.1.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 027/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Giovanni do Prado Azevedo, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 10.12.2018, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso IV e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso IV, e 7º da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 028/2019-PGJ, DE 7.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Fernando Resstel Corrêa Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 28.11.2018, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2282/2016-PGJ, de 29.7.2016, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 034/2019-PGJ, DE 8.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Emerval Carmona Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 10 a 19.12.2018, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/PGJ/2018.**

Processo nº PGJ/10/2791/2018

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.
- 2- **GENTE SEGURADORA S.A.**, representada por seu Diretor, **Marcelo Wais**.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 35/PGJ/2018

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993

Objeto: **Acréscimo da importância** de R\$ R\$ 4.948,86 (quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos), ao valor inicial do Contrato, referente à inclusão do Veículo oficial Ford Cargo 1119 Furgão 4.5, diesel, 2 portas, ano/modelo 2018/2019 na apólice de seguro vigente, totalizando o valor contrato de R\$ 139.448,86 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos) e a **alteração da redação da Cláusula Primeira**, diante da inclusão de 1 (um) veículo, que passará a vigorar da seguinte forma: (...) a prestação de serviços de seguro para 142 (cento e quarenta e dois) veículos da frota do Contratante, (...).

Valor total da contratação: R\$ 139.448,86 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

Vigência: 11.12.2018 a 28.09.2019.

Data de assinatura: 11 de dezembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BONITO****MP N.: 06.2018.00003555-9**

Edital n.º 0001/2019/01PJ/BTO

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003555-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 3255-4570. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003555-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto – Inquérito Civil nº 004/2012: Apurar eventuais irregularidades nas obras de reforma e ampliação do Colégio Polo e de construção dos banheiros da Gruta do Lago Azul, custeadas em tese com recursos públicos.

Bonito, 08 de janeiro de 2019

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

CAMAPUÃ**EDITAL N. 01/2019/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003384-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003384-0.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Gilberto da Silva Gomes.

Assunto: “Apurar o exercício de atividade de carvoejamento em desacordo com as normas ambientais, ocorrido no ano de 2006, bem como a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda São Carlos, situado no município de Camapuã, para a adoção de medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil n.º 016/2011/2ªPJC para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução n.º 014/2017/CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 09 de janeiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 02/2019/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003383-9, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003383-9.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Gustavo Samúdio Arantes.

Assunto: “Apurar o exercício de atividade de carvoejamento em desacordo com as normas ambientais, ocorrido no ano de 2006, bem como a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda São Carlos, situado no município de Camapuã, para a adoção de medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.”

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil n.º 019/2011/2ªPJC para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução n.º 014/2017/CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 09 de janeiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 03/2019/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003382-8, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003382-8.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Gustavo Samúdio Arantes.

Assunto: “Apurar o exercício de atividade de carvoejamento em desacordo com as normas ambientais, ocorrido no ano de 2008, bem como a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Burity, situado no município de Camapuã, para a adoção de medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes, em razão da ausência de reserva legal averbada na matrícula do imóvel.”

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil n.º 03/2012/2ªPJC para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução n.º 014/2017/CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 09 de janeiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 04/2019/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003380-6, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003380-6.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Casemiro Alvarez Filho.

Assunto: “Apurar o exercício de atividade de carvoejamento em desacordo com as normas ambientais no imóvel rural denominado Fazenda Cassiana, de propriedade de Casemiro Alvarez Filho, situado no município de Camapuã.”

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil n.º 03/2013/2ªPJC para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução n.º 014/2017/CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 09 de janeiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

MUNDO NOVO

RECOMENDAÇÃO N. 0001/2019/01PJ/MUV¹

Ref. Inquérito Civil n. 06.2018.00002396-3

OBJETO: DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS VISANDO À APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO 2015 E 2016 E DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO-FINANCEIRO FEAS 2016, BEM COMO A SANAR PENDÊNCIAS RELATIVAS AOS ANOS DE 2017 E 2018, A FIM DE SE DAR O DESBLOQUEIO DOS RECURSOS DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE JAPORÃ-MS, REFERENTES AO COFINANCIAMENTO DO FUNDO ESPECIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) 2017 E 2018.

Exmo. Sr. Prefeito do Município de Japorã-MS, Vanderlei Bispo de Oliveira;

Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Assistência Social de Japorã-MS, Joaquim Adiala Hara;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1.^a Promotoria de Justiça de Mundo Novo-MS, por esta Promotora de Justiça subscritora, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, sobretudo as que lhe são conferidas pelos arts. 127, *caput* e art. 129, inciso II, ambos da Constituição da República, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, c.c. artigo 29, inciso IV, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul); e artigo 44 da Resolução PGJ n. 015/2007²:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1.º da Lei n. 8.625/93 e art. 1.º da LC n. 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei n.º 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC n.º 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *"Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social"*³;

CONSIDERANDO que *"em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito"*⁴;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *"constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público"*⁵, viabilizando, dessa maneira, a demonstração efusiva de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do (s) ato (s) ilegal (is) praticado (s) ou para se impor obrigação de fazer diante de clara conduta omissiva e negligente;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *"é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam"*⁶;

1 Segundo GEISE DE ASSIS RODRIGUES (2014), "em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil".

2 Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

3 MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

4 MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

5 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2013, p. 49.

6 GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODIVM: 2014, p.787.

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da *legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência*, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que foi encaminhado ao órgão ministerial o ofício n. 4.807/SUPAS/GAB/SEDHAST, que versa sobre pendências (Relatório de Gestão 2015 e 2016 e Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro FEAS 2016) de determinados Municípios, dentre eles Japorã/MS, em relação aos Relatórios de Gestão, o que deu lume ao bloqueio de recursos;

CONSIDERANDO que, diante da informação, o *Parquet* oficiou ao Município de Japorã/MS, na pessoa de seu Prefeito, solicitando-lhe que informasse, no prazo de 10 dias úteis, se as citadas pendências já tinham sido regularizadas;

CONSIDERANDO que, a despeito de reiterado o mencionado ofício, o Prefeito de Japorã manteve-se inerte;

CONSIDERANDO que, em contato com a Coordenadoria de Apoio à Gestão do SUAS, o Ministério Público foi informado de que, referente ao Relatório de Gestão 2015, foi dado início pelo Município de Japorã, faltando, entretanto, o segundo passo, que era a aprovação do Conselho; ainda, no tangente ao Relatório de Gestão 2016, cientificou-se que se encontrava pendente, sem nenhuma providência; e mais, informou-se que o Demonstrativo Sintético-Financeiro FEAS 2016 também estava pendente;

CONSIDERANDO que, após a instauração do inquérito civil, oficiou-se à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que informou que o Município de Japorã-MS permanece com os recursos do Cofinanciamento FEAS 2017 bloqueados, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada parcela, totalizando R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); esclareceu que a Comissão Intergestores Bipartite de MS pactuou a suspensão do repasse de recursos ao Município, devido a não elaboração do Relatório de Gestão 2015 e do Demonstrativo Sintético Físico Financeiro FEAS 2016; ainda, com relação ao cofinanciamento do FEAS 2018, no valor mensal de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais), não foi feito o repasse devido a diversas pendências listadas pelo órgão às pp. 26-27;

CONSIDERANDO que o Município de Japorã não procedeu às devidas regularizações, estando, por conseguinte, com os recursos, ligados à assistência social e de extrema importância para a municipalidade, bloqueados (R\$ 15.000,00 referentes ao ano de 2017 e R\$ 5.250,00 mensais concernentes ao ano de 2018);

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que eventual enriquecimento ilícito, dano ao erário e/ou violação aos princípios da Administração Pública podem ensejar a responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa, conforme preconizam os artigos 09, 10 e 11 da Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO que, ao que se tem até então, a municipalidade está impedida de receber recursos públicos oriundos do Cofinanciamento do Fundo Especial de Assistência Social (FEAS) em razão de suposta negligência de seus representantes;

CONSIDERANDO que a negligência com o trato da coisa pública e no cumprimento dos deveres legais inerentes ao cargo pode dar lume à responsabilização por improbidade administrativa, nos moldes dos art. 10 e 11 da Lei n. 8.429/1992, sendo que, inclusive, a primeira figura citada (ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário) satisfaz-se com o elemento subjetivo culposo;

Resolve RECOMENDAR ao Exmo. Sr. Prefeito de Japorã-MS e ao Secretário Municipal de Assistência Social de Japorã-MS que adotem, no prazo de trinta dias, TODAS as providências necessárias à regularização do Município de Japorã-MS, a fim de que os recursos relativos ao Cofinanciamento do FEAS 2017 e 2018 sejam desbloqueados, mediante a apresentação do Relatório de Gestão 2015 e do Demonstrativo Sintético Financeiro FEAS 2016 (Cofinanciamento do FEAS 2017), bem como sanando as pendências elencadas pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, concernentes à liberação dos recursos do

Cofinanciamento do FEAS 2018 (quais sejam: 1. Comprovação de realização de audiência pública da Política de Assistência Social, referente aos investimentos de 2017; 2. Ato do Conselho Municipal de Assistência Social aprovando a partilha dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social para o exercício de 2018, devidamente publicado; 3. Aprovação do Relatório de Gestão de 2015 pelo Conselho Municipal de Assistência Social, no Sistema de Informação REDE SUAS MS; 4. Relatório de Gestão de 2016, devidamente preenchido e aprovado pelo CMAS no Sistema de Informação REDE SUAS MS; 5. Demonstrativo Sintético Físico Financeiro FEAS 2016, devidamente preenchido e aprovado pelo CMAS no Sistema de Informação REDE SUAS MS; 6. Cópia do ato do Conselho Municipal de Assistência Social aprovando o Plano Municipal de Assistência Social de 2018 a 2021; 7. Relatório de Gestão 2017, devidamente preenchido no Sistema de Informação REDE SUAS MS e aprovado pelo CMAS, prazo finalizado 20.07.2018; 8. Demonstrativo Sintético Físico Financeiro FEAS 2017, devidamente preenchido e aprovado pelo CMAS no Sistema de Informação REDE SUAS MS, prazo finalizado em 22.08.2018).

Espera o Ministério Público De Mato Grosso Do Sul o atendimento desta recomendação, informando que a presente dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de medidas cabíveis, inclusive eventual propositura de Ação Civil Pública de responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

Cientifique o Prefeito Municipal e o Secretário de Assistência Social para que informem, por escrito, a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, dando, ainda, a divulgação adequada e imediata da presente, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 45, parágrafo único, da Resolução 15/2007-PGJ.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente Recomendação:

I. Ao Coordenador de Apoio de Gestão do SUAS do Estado de Mato Grosso do Sul;

II. Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

III. Ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMP.

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Mundo Novo, 07 de janeiro de 2019.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0002/2019/01PJ/MUV⁷

Ref. Procedimento Preparatório n. 06.2018.00003439-3

OBJETO: DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS VISANDO SANAR IRREGULARIDADES NO CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES QUE ATUAM PERANTE A SECRETARIA DE ESPORTES, CULTURA E LAZER DO MUNICÍPIO DE JAPORÃ-MS.

Exmo. Sr. Prefeito do Município de Japorã-MS, Vanderlei Bispo de Oliveira;
Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Esportes, Cultura e Lazer de Japorã-MS;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1.^a Promotoria de Justiça de Mundo Novo-MS, por esta Promotora de Justiça subscritora, no exercício de suas atribuições constitucionais e

⁷ Segundo GEISE DE ASSIS RODRIGUES (2014), “em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil”.

legais, sobretudo as que lhe são conferidas pelos arts. 127, *caput* e art. 129, inciso II, ambos da Constituição da República, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, c.c. artigo 29, inciso IV, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul); e artigo 44 da Resolução PGJ n. 015/2007⁸:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1.º da Lei n. 8.625/93 e art. 1.º da LC n. 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei n.º 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC n.º 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *"Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social"*⁹;

CONSIDERANDO que *"em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito"*¹⁰;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *"constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público"*¹¹, viabilizando, dessa maneira, a demonstração efusiva de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do (s) ato (s) ilegal (is) praticado (s);

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *"é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam"*¹²;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da *legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência*, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO, no bojo dos presentes autos, verificaram-se possíveis irregularidades no controle de frequência dos servidores que atuam junto à Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer de Japorã, porquanto os registros são "britânicos", isto é, sempre no mesmo horário de entrada e saída;

CONSIDERANDO que, como cediço, tal modalidade de registro não computa a jornada real de trabalho porque é impossível que todos os dias, nos mesmos minuto e segundo, ocorram os mesmos horários de início e de fim do labor;

CONSIDERANDO que, ainda, restou averiguado, segundo informações prestadas pelo próprio Município, que a frequência dos servidores de tal Pasta é colhida em local diverso de onde é prestado o serviço, juntamente à pessoa do Secretário, o que se dá, ainda, algumas vezes, na "via pública";

CONSIDERANDO que, segundo dispõe o art. 121 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Japorã-MS (LC 001/1993), *são deveres do servidor público municipal: III - observar as normas legais e regulamentares; X - ser assíduo e pontual*¹³; e mais, que o art. 121 da mesma lei assevera que *o servidor responde civil, penal e*

8 Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

9 MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

10 MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

11 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2013, p. 49.

12 GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODIVM: 2014, p.787.

13 No mesmo sentido, art. 116 da Lei n. 8.112/1990.

administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições;

CONSIDERANDO que o controle de frequência adequado, feito por meio de registros de entradas e saídas que correspondam ao efetivamente trabalhado, permite identificar os servidores que desempenharam efetivamente suas jornadas, sendo que tal prática serve para comprovar a liquidação da despesa, cumprindo, assim, o art. 63 da Lei n. 4.320/1964, pois a legislação estabelece que *“a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”*; sendo assim, todos os servidores titulares de cargos efetivos, empregados públicos, contratados por tempo determinado ou comissionados, devem ter a sua frequência diária controlada pela Administração Pública;

CONSIDERANDO que o princípio da eficiência, alçado ao patamar de princípio constitucional que rege a Administração Pública (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), nas palavras de Meirelles, *“exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, já que não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”* (Meirelles, 2009, p. 98);

CONSIDERANDO que é crime previsto no artigo 299 do Código Penal, a conduta de *“omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”*, podendo o autor da falsidade, bem como o beneficiado direto ou indireto serem processados e condenados a pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular;

CONSIDERANDO que o descumprimento da jornada de trabalho por qualquer servidor público deve ensejar o devido desconto em sua remuneração e, em caso de recebimento indevido, a restituição ao erário, além da eventual responsabilização do agente e dos responsáveis pela fiscalização por prática de ato de improbidade administrativa nos termos da Lei Federal n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que o mundo contemporâneo está a exigir a implementação de mecanismos eficazes de solução dos conflitos intersubjetivos, ampliando-se o poder de cooperação da sociedade com o Estado, na difícil tarefa de administração da Justiça (modelo de *administração pública gerencial*, com lastro, mormente, no princípio da eficiência);

CONSIDERANDO que, atualmente, diversos órgãos públicos vêm adotando medidas mais rígidas para evitar que servidores laborem fora de suas dependências ou/e em descumprimento do expediente para o qual foram aprovados ou contratados;

CONSIDERANDO que o controle da frequência dos servidores relaciona-se ao exercício do Poder Hierárquico do agente público, que compreende as funções de ordenar, coordenar, corrigir e controlar as atividades desenvolvidas no âmbito interno da Administração Pública;

Resolve RECOMENDAR ao Exmo. Sr. Prefeito de Japorã-MS e ao Secretário Municipal de Esportes, Cultura e Lazer de Japorã-MS que:

A) a partir do recebimento desta, orientem os servidores que prestam suas funções perante a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer de Japorã-MS no sentido de que a folha de frequência seja diariamente assinalada, contendo os horários EXATOS de chegada e saída, retratando a JORNADA EFETIVAMENTE CUMPRIDA, e mantendo-se conexão entre o controle de frequência e o setor de recursos humanos, para as devidas providências em relação à remuneração, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

B) que o controle de frequência seja colhido no local de trabalho dos servidores, e não em lugares diversos (como na via pública), o que, por óbvio, inviabiliza a efetiva fiscalização do correto cumprimento da carga horária respectiva.

Espera o Ministério Público De Mato Grosso Do Sul o atendimento desta recomendação, informando que a presente dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de medidas cabíveis, inclusive eventual propositura de Ação Civil Pública de responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

Cientifique o Prefeito Municipal e o Secretário de Esportes, Cultura e Lazer para que informem, por escrito, a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, dando, ainda, a divulgação adequada e imediata da presente, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 45, parágrafo único, da Resolução 15/2007-PGJ.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente Recomendação:

I. Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

II. Ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMP.

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Mundo Novo, 07 de janeiro de 2019.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0001/2019/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000018-5

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que ilegalidade na nomeação de servidores públicos para ocuparem cargos de provimento em comissão junto a agência do DETRAN/MS de Naviraí.

Naviraí, 08 de janeiro de 2019

DANIEL PÍVARO STADNIKY
Promotor de Justiça